

---

**FRUTA TROPICAL JUSTA: PETIÇÃO APELA À COMISSÃO EUROPEIA PARA A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MAIS JUSTAS E SUSTENTÁVEIS NA DISTRIBUIÇÃO DA FRUTA TROPICAL**

Sabia que milhares de produtores e trabalhadores são explorados na produção de frutas tropicais, como a manga, a banana e o ananás? E sabia que os seus direitos básicos não são assegurados?

O Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), Organização Não Governamental para o Desenvolvimento portuguesa, juntou-se a outros representantes de 19 estados-membros da União Europeia no lançamento da petição [“Fim às práticas comerciais injustas. Queremos Fruta Justa!”](#) que pretende alertar para a promoção de uma cadeia de distribuição justa e sustentável de fruta, em particular da banana e do ananás, para a defesa dos direitos sociais e ambientais nos países produtores e para a criação de oportunidades para que os representantes dos países produtores possam expressar as suas preocupações e encorajar novas políticas e práticas de comércio internacional.

A petição apela à adoção de regras europeias mais fortes e vinculativas que eliminem as práticas comerciais injustas, permitindo que pequenos agricultores, trabalhadores, bem como consumidores tenham compras justas, com base no respeito pelos Direitos Humanos, preços justos e produção sustentável.

A assinatura desta petição vai estar a decorrer em 19 estados-membros da União Europeia até novembro de 2015 e é dirigida à Comissão Europeia para o Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME, Elzbieta Bienkowska, que no início de 2016 vai decidir se propõe regulamentação comunitária mais forte para algumas práticas comerciais na cadeia de abastecimento da fruta tropical.

Esta iniciativa enquadra-se no projeto [Fruta Tropical Justa](#), um consórcio global que reúne 19 parceiros da União Europeia, Camarões, Colômbia, Equador e ilhas Windward e que é implementado em Portugal pelo IMVF.

Porquê a promoção de uma campanha europeia associada à banana e ao ananás? A banana é a fruta mais comercializada a nível mundial. Cada cidadão da União Europeia consome cerca de 9 quilos de bananas por ano. Em 2012, o mercado de retalho da banana da União Europeia teve um volume de 7.000 milhões de euros (Fonte: Eurostat/CIRAD). Devido à distribuição desigual de poder e riqueza dentro das cadeias globais de fornecimento, agricultores e trabalhadores do setor de frutas tropicais não recebem a sua parte justa dos lucros. A cadeia de distribuição da banana e do ananás é muito semelhante, sendo ambos produzidos nos

mesmos países e envolvendo as mesmas empresas frutícolas. Os grandes grupos de distribuição alimentar e um reduzido número de empresas frutícolas dominam o comércio de fruta tropical na Europa. Torna-se assim necessário reforçar a legislação europeia para evitar práticas comerciais injustas que violam os Direitos Humanos dos trabalhadores nos países produtores de fruta tropical.

A União Europeia reconhece a generalidade de práticas comerciais injustas. A Comissão Europeia define-as como “práticas que se desviam manifestamente da boa conduta comercial, sendo contrárias aos princípios da boa fé e da lealdade nas relações entre empresas. São normalmente impostas por uma parte mais forte sobre outra mais fraca numa situação de desequilíbrio (...)” (Fonte: Livro verde sobre as práticas comerciais desleais na cadeia de abastecimento alimentar e não alimentar entre as empresas na Europa/\* COM/2013/037 final - 2012/). Apesar disso, em vez de criar regras obrigatórias para prevenir essas práticas, a Comissão Europeia optou pela Iniciativa Voluntária da Cadeia de Abastecimento, em que recomenda aos operadores de abastecimento da cadeia alimentar a criação de códigos de conduta voluntários.

2015 - o Ano Europeu para o Desenvolvimento representa uma oportunidade única para proteger os produtores que vendem para a Europa. A União Europeia comprometeu-se em promover os objetivos de desenvolvimento em todas as suas políticas que possam ter impacto nos países em desenvolvimento. Contudo, tal nunca será uma realidade enquanto os benefícios da Ajuda Pública ao Desenvolvimento forem prejudicados por práticas comerciais abusivas exercidas na União Europeia. Estas impedem que produtores e trabalhadores nos países em desenvolvimento acedam aos rendimentos a que têm direito.


Enquanto consumidores temos voz para alterar esta situação. Um poder que devemos usar para apelar à União Europeia, aos Governos, aos supermercados e à indústria alimentar para agirem. Estes atores influentes devem assegurar que as frutas tropicais que compram e vendem não são produzidas com base nem na violação dos Direitos Humanos, nem na poluição ambiental.

Compras justas contribuem para vidas dignas! Por isso apelamos a todos/as que subscrevam esta [petição](#)! Juntos apelamos para que a União Europeia torne a fruta tropical mais justa!

PROJETO FINANCIADO POR



o nosso mundo  
a nossa dignidade  
o nosso futuro

 2015 Ano Europeu para o Desenvolvimento

Este projeto é cofinanciado pela União Europeia. Os conteúdos deste documento são da exclusiva responsabilidade dos parceiros e não podem, em caso algum, ser considerados como expressão das posições dos financiadores.

**Sobre o Instituto Marquês de Valle Flôr**

O Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) que tem por missão a promoção do desenvolvimento socioeconómico e cultural nos países de língua portuguesa.

No terreno desde 1989 e com mais de 20 anos de experiência, o Instituto tem a seu cargo a gestão de projetos nas áreas de Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e de Emergência.

Os projetos de Cooperação para o Desenvolvimento são desenvolvidos nos países de língua oficial portuguesa e visam contribuir para a erradicação da pobreza, procurando alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio ao atuar nos seguintes setores: Saúde, Educação, Atividades geradoras de rendimento, Desenvolvimento rural integrado, Segurança alimentar, Infraestruturas, Ambiente, Reforço institucional, Capacitação, Direitos Humanos.

O IMVF é membro de várias redes que dão voz ao setor das ONG, quer através da celebração de protocolos de cooperação com diversos parceiros nacionais e internacionais, quer pela participação em espaços de debate e difusão de informação sobre questões relativas ao desenvolvimento, como a Plataforma Portuguesa das ONGD, o CONCORD, e o Oneworld. É ainda membro do Centro Português de Fundações e do European Foundation Centre.

CONTACTOS:

**Claudia Vieira Borges**

**JLMA**

[cvborges@jlma.pt](mailto:cvborges@jlma.pt)

**Catarina Benedito**

**Gabinete de Comunicação IMVF**

[cbenedito@imvf.org](mailto:cbenedito@imvf.org)

Tel. +351 213 224 192

Fax +351 213 465 973

[www.imvf.org](http://www.imvf.org)